

PARTE 1: INTERLOCUÇÕES DAS CIÊNCIAS HUMANAS NA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA.

CAPÍTULO 1:

HISTÓRIA E CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES: ABORDAGENS SOBRE ESPIRITUALIDADE, TEOLOGIA DA PROSPERIDADE E POLÍTICA¹

Carlos André Macêdo Cavalcanti²

João Batista Vicente do Nascimento³

INTRODUÇÃO

A espiritualidade, tema diretamente relacionado aos estudos do campo religioso, se apresenta nas manifestações dos sujeitos, normalmente dotado de motivações intrínsecas através de correlações sejam junto aos elementos da natureza, da ancestralidade, das divindades, ou até mesmo das relações consigo mesmo. Na mitologia grega por exemplo, vamos

¹DOI - 10.29388/978-65-81417-64-2-f.17-36

² Doutor e Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Professor Associado da Universidade Federal da Paraíba – UFPB onde atua no ensino e pesquisa nos níveis de Graduação e Pós-Graduação nas áreas de Ciências e História das Religiões. Líder dos Grupos Videlicet Religiões, de Estudos em Intolerância, Diversidade e Imaginário (CNPq) e Officium, de História da Inquisição, das Religiões e do Sagrado (CNPq). País de origem: Brasil. (carlosandrecavalcanti@gmail.com).

³ Doutorando em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Docente do Curso de História da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Ciências Humanas – DCH VI, Caetitê – Ba, membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde – GEPERCS (CNPq) / Centro de Estudos e Pesquisas Interdepartamental em Culturas e Religiões - CEPICR e do Núcleo de História Social e Práticas de Ensino – NHIFE (CNPq). País de origem: Brasil. (jbvicente@bol.com.br).

encontrar os primeiros deuses associados aos elementos da natureza. Na ontologia, os caminhos ainda se cruzam no trânsito entre passado, presente e futuro em questões como “quem eu sou, de onde vim, para onde vou?”. A espiritualidade, decerto, se apresenta instigante e relevante dada à sua importância nas investigações e percepções holísticas do ser, especialmente naquilo que foge ao seu controle.

As frases “Foi Deus quem me deu”; “Quando Deus quer é assim...”, são vistas corriqueiramente, em adesivos colados em diversos automóveis espalhados pelo Brasil. Tais afirmações apontam o credo religioso voltado para a concessão divina do bem material, e, encontra-se predominantemente associada ao neopentecostalismo. Fundada em julho de 1977 no Estado do Rio de Janeiro, a Igreja Universal do Reino de Deus – IURD, é apontada como uma das principais representantes do movimento neopentecostal. Com nomes dos mais diversos possíveis e templos de variados tamanhos, esse movimento se expandiu rapidamente e sua característica marcante é a relação com os milagres, a concessão de “bênçãos” e o provento da parte de Deus das necessidades humanas materiais, cuja definição apontada pelos estudiosos, indica fazer parte da teologia da prosperidade.

A teologia da prosperidade é caracterizada como uma significativa adequação da fé cristã ao ideal capitalista da prosperidade física e material, com ênfase na bênção da multiplicação financeira por meio da reivindicação das promessas divinas. “A teologia da prosperidade valoriza a fé em Deus como meio de obter saúde, riqueza, felicidade, sucesso e poder terrenos.” (MARIANO, 2014, p. 158).

Nas relações bilaterais envolvendo religião e política, temos O Congresso Nacional que conta com um grupo de parlamentares que formam a Frente Parlamentar Evangélica, denominada de “bancada evangélica”, cuja maioria é originária das igrejas Assembleia de Deus e Universal do Reino de Deus, sendo os demais oriundos de várias outras denominações. “Nas últimas três décadas, líderes neopentecostais lançaram candidaturas, converteram as igrejas em redutos para assegurar o ingresso de evangélicos no legislativo e executivo municipal, estadual e federal.” (DANTAS, 2011, p. 23).

Assim, o presente artigo encontra-se estruturado a partir das discussões sobre ciência religião e história, seguido das abordagens acerca da

espiritualidade, teologia da prosperidade e política como temas centrais desse estudo tomando como requisito uma metodologia qualitativa e tendo como fontes referências bibliográficas de elevada credibilidade para o respaldo das proposições ora apresentadas.

CIÊNCIA, RELIGIÃO E HISTÓRIA

O debate acerca da religião enquanto objeto da ciência ainda é inevitável. Basta dizer que atualmente a Área 44 - Ciências da Religião e Teologia – é considerada a área mais nova da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Embora a religião e religiosidade seja um dos elementos culturais que acompanha a humanidade desde os primórdios da sua existência, a emancipação da religião enquanto campo científico só ocorreu a partir do século XIX, inicialmente na Alemanha se expandindo posteriormente para outras regiões. No Brasil, essa emancipação ocorre quando perde o peso ou caráter quase que exclusivo de confissão clerical e passa a ter aceitação dentro da academia guardadas as devidas proporções, por conta das desconfianças ainda existentes, tendo inclusive alcançado o próprio reconhecimento da CAPES.

Embora admitindo que esse texto possa ter forte influência do lugar de pertença dos autores, que é o campo da História, haverá um esforço por expor acerca do campo científico da religião sem qualquer receio de nos render ao mesmo por entender a importância das ciências humanas e sociais na interpretação dos diversos fenômenos que envolvem o ser humano e suas relações sociais.

Antes da discussão propriamente dita, é pertinente a utilização das afirmações de Frank Usarski para a relação da Ciência com a Ciência da Religião:

Ciência é uma maneira específica de se aproximar da ‘realidade’ e de adquirir conhecimento sobre ela. De acordo com o princípio de divisão de trabalho, ciências diferentes têm enfoques particulares, ou seja, elas são especializadas em investigar certos segmentos da ‘realidade’. Para disciplinas como a Ciência da Religião é preciso que a ‘realidade’ científica se restrinja à esfera empírica. Em outras palavras: o que conta como ‘realidade’ são somente aquelas camadas

da existência extraídas da observação. Essa observação pode ser direta (através dos sentidos, inclusive suas ampliações artificiais) ou indireta (por exemplo, a partir de uma dedução com base em estatística). Temos que lembrar que ciência é um empreendimento coletivo. A vida acadêmica se organiza em sociedades científicas. O cientista individual faz parte de um conjunto de outros cientistas que se comprometem com as mesmas regras epistemológicas, referem-se ao mesmo vocabulário de termos técnicos e têm como pressupostos os mesmos pontos de partida. (USARSKI, 2006, p. 126).

Partindo desses pressupostos, tomamos como problematização a relação de singularidade ou pluralidade que ainda é reivindicada pelos pesquisadores da área, não sendo ainda uma questão totalmente resolvida. Nesse sentido, naquilo que Giovanni Filoramo e Carlo Prandi consideram como “estatuto científico das ciências das religiões”, após apontamentos sobre o surgimento da disciplina história das religiões e com o desenvolvimento de ciências humanas como a linguística, a antropologia cultural, a psicologia e a sociologia durante a segunda metade do século XIX, podemos destacar:

Foi-se, assim, progressivamente afirmando a exigência, tipicamente iluminista, de uma ciência da religião capaz de reunificar as contribuições que essas diferentes disciplinas vinham oferecendo, a partir de seu observatório particular, para o conhecimento científico das religiões. Nasceu, assim, a ciência da religião, que, naqueles tempos iniciais, confusos e contraditórios, teve de pagar um tributo excessivo às chamadas “velhas mães” – a teologia e a filosofia -, às quais se creditava, junto com o progresso científico, a própria origem. (FILORAMO; PRANDI, 1999, p. 7).

Essas premissas ratificam o início da ciência da religião. Os autores identificam o alemão Max Müller como fundador da história das religiões. Os princípios teóricos que nortearam as várias ciências do século XIX, continuam com seu poder de ação na contemporaneidade. “[...] É preciso dizer que a expressão ‘Ciência da Religião’ (*Religionwissenschaft*) foi cunhada na segunda metade do século XIX para destacar a emancipação das Ciências Humanas em relação à Filosofia e à Teologia.” (CAMURÇA,

2008, p. 21). Vamos então identificar no quadro abaixo algumas questões vinculadas ao campo da religião:

Quadro: Ciência da Religião ou Ciências das Religiões?

Ciência da Religião	Ciências das Religiões
Pressupõe a existência de um método científico e também de um objeto unitário	Pluralismo metodológico e pluralismo do objeto pela impossibilidade de um mínimo denominador comum
Soluções Intermediárias	
Ciência das religiões	Ciências da religião

Fonte: FILORAMO, G; PRANDI, C. (1999)⁴

As reflexões trazidas pelos autores em epígrafe, reverberam o amplo debate teórico ainda existente naquilo que podemos considerar ser motivado pelo caráter multidisciplinar que permeia as investigações pertinentes ao universo religioso. Se as “velhas mães” Filosofia e Teologia, se colocam como pontos de partida para os referidos estudos, é natural que outras ciências ao se debruçarem nesse universo também reivindiquem sua participação. Isso evidencia os elementos subjetivos naturais pertinentes aos estudos de ordem humana e social. Com efeito, as questões de ordem metodológica terminam por repercutir os pontos cruciais desse debate. Dessa forma, vale destacar:

[...] No caso particular das CR, qualquer que seja a definição proposta, ela não poderá deixar de corresponder àqueles caracteres de ‘hipoteticidade’, arbitrariedade, verificabilidade e, conseqüentemente, de falsificabilidade, que marcam em geral a maneira de agir do método científico. (FILORAMO; PRANDI, 1999, p. 16-17).

⁴ Adaptado da obra “As Ciências das Religiões” de Giovanni Filoramo e Carlo Prandi publicada em 1999 pela Paulus Editora, p. 12.

Doravante, trazendo para a experiência do programa pioneiro em universidades públicas no Brasil, ou seja, o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião (PPCIR) da UFJF, encontramos algumas proposições apresentadas pelo Professor Marcelo Camurça. Em uma de suas publicações sobre “Ciências Sociais e Ciências da Religião”, desenvolve sua análise sobre a questão da “Ciência(s) da(s) Religião(ões)” a partir do seu lugar de formação acadêmica que é o das Ciências Sociais (Antropologia e Sociologia):

Considero que o campo de Ciência(s) da Religião deve estar sintonizado com os debates, impasses e avanços teórico-metodológicos que estão-se dando nas respectivas instâncias de cada ciência humana e social, da qual a religião é, junto com outras, mais uma subárea; como também que do campo de Ciência(s) da Religião possam surgir novas teorias e contribuições, todavia sempre em interface com as grandes disciplinas e ciências. É evidente que as problemáticas epistemológicas que atravessam as áreas do conhecimento das ciências humanas reverberam para dentro do nosso campo, complexificando-o cada vez mais. (CAMURÇA, 2008, p. 27).

Se por um lado encontramos teóricos que dispõem sobre a possibilidade do pluralismo, encontramos também autores como Frank Usarski que defendem numa perspectiva singular, o termo Ciência da Religião. Em seu artigo sobre “História da Ciência da Religião” o autor se manifesta de forma incisiva e contundente afirmando que:

O termo Ciência da Religião refere-se a um empreendimento acadêmico que, sustentado por recursos públicos, norteado por um interesse de conhecimento específico e orientado por um conjunto de teorias específicas, dedica-se de maneira não normativa ao estudo histórico e sistemático de religiões concretas em suas múltiplas dimensões, manifestações e contextos socioculturais. (USARSKI, 2013, p. 51)

Não obstante as disposições então apresentadas, a escolha por uma linha singular, pluralista ou intermediária, não afasta as contribuições das ciências onde encontramos respaldo para abordar acerca do fe-

nômeno religioso. Se as discussões se aprofundam por conta dos aspectos metodológicos próprios e característicos dos fundamentos epistemológicos em que a ciência se assenta, vamos encontrar na Filosofia a inspiração para o pensamento reflexivo e crítico tendo na dúvida a propulsão para os limites de validação do conhecimento. Vamos encontrar na Teologia a referência para o estudo das divindades tão comuns no universo religioso. Se num primeiro momento essa Teologia era de vocação judaico cristã, agora podemos falar em teologias já que o campo se expande com o olhar acadêmico. Encontraremos na História a inspiração para buscar no passado a compreensão do presente, traduzidas em narrativas precedidas de investigação. Buscaremos na Antropologia e na Sociologia os ingredientes para a compreensão cultural e social dos sujeitos históricos e como a religião e a religiosidade se manifestam no ambiente desses sujeitos. Buscaremos na Psicologia a análise comportamental enquanto sujeito religioso, da mesma forma na linguística a relação com as línguas na análise do discurso. Dito de outra forma, nesses ou em outros campos do conhecimento, encontraremos sempre algum tipo de inspiração para termos a religião como objeto de estudo.

Dadas as devidas proporções, em situação relativamente semelhante, encontra-se a própria definição de Religião. No livro “O que é Religião?” de Robert Crawford, o autor inicia exatamente com essa pergunta – É possível definir religião? Crawford cita pelo menos dezessete teóricos com posicionamentos distintos a respeito da temática. Após apresentação das distintas definições, ele afirma que as mesmas “[...] refletem a perspectiva de antropólogos, sociólogos, filósofos, psicólogos, biólogos, teólogos, historiadores, escrituras, e mostram que não existe nenhuma definição universalmente aceita de religião.” (CRAWFORD, 2005, p. 14).

Nesse sentido, embora tenhamos que apresentar posicionamentos de outros autores, também concordamos com a premissa da não existência de definição universalmente aceita. Eis porque, somos levados a considerar as peculiaridades de cada definição, não significando necessariamente concordar com todas elas. Assim, nunca é demais a lembrança dos primórdios da humanidade quando ao lidar com os elementos da natureza que fugiam ao seu controle, o ser humano passa a conceber o sobrenatural, algo para além da sua existência. É a partir dessa situação que nossas convicções são levadas a pensar a religião. Se não ainda de

forma institucionalizada, mas, a partir da religiosidade ou da espiritualidade dos sujeitos.

“A palavra ‘religião’ é como um labirinto. Perder-se-á nele quem não trazer um fio na mão para se orientar.” (GRESCHAT, 2005, p. 17). Essa assertiva lembra a obra de Carlo Ginzburg – O fio e os rastros, quando na Lenda do Minotauro, Ariadne entrega o fio a Teseu para que esse não se perdesse no labirinto atingindo a sua meta de vencer seu oponente e voltar para casa através do fio. Ginzburg faz sua analogia abordando que pouco sabemos sobre os rastros deixados no labirinto. Eu acrescentaria que pouco sabemos sobre o labirinto e a necessidade do fio é vital para avaliarmos as diversas possibilidades. Nesse sentido, um fio condutor a ser apresentado repercute a distinção entre o teólogo e o cientista da religião. “Os teólogos são especialistas religiosos. Os cientistas da religião são especialistas em religião.” (GRESCHAT, 2005, p. 155). Em outras palavras, embora o pesquisador possa ter o seu próprio credo, enquanto cientista ele é pesquisador da religião e isso não pode ser confundido. “Com efeito, os estudos da religião se encontram em complementaridades ao alcançarem, cada um, a correlação elementar entre a dimensão semântica e a experiência vital (*erfahrung*), a vida e a linguagem, a fé e a arte.” (SILVEIRA; MORAES JUNIOR, 2017, p. 77). Eis que o labirinto se apresenta.

Dito isto, percebe-se a importância do caráter científico para as ciências humanas e sociais e as contribuições de pensadores que se debruçaram na proposição de métodos para tais ciências. Reforçamos daí tal importância para as repercussões no tempo presente, trazendo à tona alguns elementos da religiosidade atual e suas relações com o cenário político. Mais especificamente, sobre a relação entre espiritualidade, teologia da prosperidade e política.

ESPIRITUALIDADE, TEOLOGIA DA PROSPERIDADE E POLÍTICA

Embora Calvani (2014), considere o conceito de “espiritualidade” historicamente recente, ainda em construção e que ultrapassa as categorias religiosas com as quais estamos acostumados, seria possível dizer, que, diferentemente da conceituação de religião, o entendimento sobre espiritualidade é de compreensão menos complexa. A espiritualidade tem

sua aproximação com a religiosidade por sua derivação junto a religião. Se na religiosidade encontramos a atitude prática dos sujeitos religiosos, semelhantemente, encontramos na espiritualidade a maneira como os seres humanos exercem a sua relação com o sobrenatural, com o sagrado, com a natureza, com as divindades e consigo mesmo.

“A espiritualidade consiste numa relação pessoal, individual com o sagrado em si ou fora de si, imanente ou transcendente, enquanto na religião a ligação ao sagrado realiza-se por práticas institucionalizadas.” (COUTINHO, 2012, p. 182). O autor apresenta a espiritualidade objetiva e subjetiva. Na espiritualidade objetiva, refere-se à relação do sujeito com algo fora de si, considerado superior, normalmente praticada através das orações. Na espiritualidade subjetiva, assevera:

A espiritualidade subjetiva baseia-se de forma marcada por técnicas orientais, como o ioga, o *reiki* e a meditação. O ioga, através de posturas corporais e do controlo dos ciclos respiratórios, visa estabelecer o equilíbrio entre o corpo e a mente, desenvolvendo a consciência corporal. O *reiki*, pela imposição das mãos, aponta para a canalização da energia vital do universo, melhorando as capacidades físicas e mentais. Embora a meditação possa ser utilizada para contactar ou conhecer o transcendente, como técnica oriental usa-se mais frequentemente para cultivar a disciplina mental, a concentração, a relaxação e a consciência. (COUTINHO, 2012, p. 182- grifo do autor).

Outrossim, a espiritualidade pode ser também utilizada para o desenvolvimento de técnicas e meios de canalização energéticas como formas de controle mental, físico e espiritual. A própria Organização Mundial de Saúde – OMS, já admite a partir da medicina alternativa meios terapêuticos com ênfase no campo da espiritualidade, utilizados como componentes promotores de cura. “Em uma época marcada pela busca de novos paradigmas, pelo reconhecimento da complexidade e pelos esforços por interdisciplinaridade, os conceitos já não são totalmente precisos nem pertencem a apenas uma área do saber.” (CALVANI, 2014, p. 661). Nesse sentido, o autor complementa que:

“Espiritualidade” é um desses conceitos aparentemente inofensivos, que se instala no glossário de uma área e é invocado diante de fenômenos subjetivos que escapam ao enquadramento das malhas do saber. Tal como o “menos um” das equações matemáticas, aparece do nada, oferecendo soluções milagrosas para um impasse. Contudo não é, de modo algum, algo que saibamos exatamente o que significa. Apenas estamos acostumados demais com esse termo. Ele já se alojou no vocabulário de fieis de diferentes religiões e aos poucos ganhou espaço também em outras áreas. Atualmente setores das ciências da saúde valorizam muito a espiritualidade em processos de cura, enquanto setores do mundo da economia e da administração de empresas falam em “espiritualidade organizacional”, mas quando perguntamos exatamente o que isso significa ou sua importância, as respostas podem assumir um tom bastante beligerante. Perseguir a gênese conceitual do termo “espiritualidade” é uma tarefa árdua e desafiadora. (CALVANI, 2014, p. 661-662).

Na abrangência possível de identificação da espiritualidade, encontramos os estudos de José Jorge Carvalho quando discorre sobre “O encontro de velhas e novas religiões: esboço de uma teoria dos Estilos de Espiritualidade”. Nessa perspectiva, Carvalho (1994, p. 11-16), aponta estilos como o que chama de religiões universais com a mística letrada, como cristianismo, da judaica, da muçulmana, da oriental e outras tradições letradas menos conhecidas. Ele afirma que é esse estilo, de tipo discursivo-literário-confessional, que tem sido classicamente utilizado como parâmetro de avaliação de qualquer realização espiritual. Aponta para o segundo estilo, que chama de espiritualidade da possessão ritualizada, performática, citando como exemplo o candomblé, cuja ênfase litúrgica passa pela dança, domínio do corpo no transe, pela maior ou menor adaptação da pessoa a uma certa trajetória, pelas suas capacidades divinatórias e pela relação que mantém com o orixá, pelo tipo de dialogia que constrói com as entidades que recebe. Carvalho (1994), aponta um terceiro modelo de espiritualidade extremamente presente no Brasil: o espiritismo. Trata-se de uma verbalização despersonalizada, característica da mediunidade e da psicografia. Identifica um quarto estilo de espiritualidade, que chama de estilo meditativo oriental, onde o importante não é essa biografia altamente reflexiva e discursiva do primeiro estilo, nem a ritualização ou dança do segundo, mas as técnicas de controle da mente que possibilitem alcançar um estado superior de consciência humana. Em

alguns novos movimentos religiosos, o autor afirma encontrar um quinto estilo que chama de estilo pragmático de manipulação de energia: uma espécie de religião terapêutica que se apresenta, inclusive, como ciência. É o caso dos novos monoteísmos japoneses, como a Seicho-No-Iê, a Igreja Messiânica e a Mahikari.

Destarte, apresentadas as considerações a respeito da espiritualidade, vamos às tratativas relacionadas à teologia da prosperidade e política, uma vez que, esses dois componentes têm sido bastante utilizados pelo protestantismo neopentecostal que tende à espiritualização de situações econômicas de ordem material bem como a esferas do poder político na atualidade. Antes das especificidades do neopentecostalismo, algumas considerações acerca do protestantismo brasileiro, ou, como também são conhecidos, cristãos evangélicos.

Lyndon Santos (2017), afirma que o termo evangélico está sendo associado a posicionamentos políticos e ideológicos identificados como reacionários, intolerantes e fundamentalistas, mas que, por sua vez, representam uma das expressões mais populares da religiosidade brasileira e latino-americana, situada nas camadas sociais mais baixas e nas periferias das cidades. “As igrejas evangélicas são predominantemente femininas, negras e pobres, híbridas nas práticas e nos discursos.” (SANTOS, 2017, p. 13). “Entender a identidade religiosa como síntese culturalmente construída de experiências sociais diversas é pensar a religião como uma instância que determina e é determinada pelo conjunto de elementos da vida social.” (TRABUCO, 2014, p. 17). Elizete da Silva afirma que o fundamentalismo protestante tomou forma no período de 1875 a 1914, como um protesto contra o modernismo religioso, com a ratificação dos fundamentos da fé explicitados na Bíblia como tendo sempre razão, Jesus de nascimento virginal, sua expiação substituiu a nossa, ressuscitou dentre os mortos, virá de novo (SILVA, 2017).

As igrejas pentecostais chegaram ao Brasil no início do século XX. A base do pentecostalismo está fundada na pneumatologia (doutrina do Espírito Santo). Tal doutrina tem sua raiz no movimento de santificação, dentro do metodismo, o qual estabeleceu normas de conduta para a busca da perfeição cristã (SIEPIERSKI, 2000).

Segmentos das igrejas chamadas históricas ou tradicionais, por compreenderem que a cruz foi lugar de sofrimento, ensinam que, o con-

verso ao cristianismo, deve conviver resignadamente com o chamado: “Tome a sua cruz e siga-me”, feito pelo próprio Jesus Cristo, conforme se observa no evangelho de (Mc 8:34)⁵. Sendo assim, contrapõem-se ao apelo que designam como materialista presente no neopentecostalismo do tempo presente.

O neopentecostalismo deriva do pentecostalismo que por sua vez vem da ascese protestante. Souza (2013) e Mariano (2014) trazem dados de especialistas indicando que o movimento pentecostal no Brasil consta de três ondas ou gerações: Congregação Cristã no Brasil e Assembleia de Deus (1910-1940); Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo, Deus é Amor entre outras (1950-1960); Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça de Deus, e entre outras igrejas reconhecidas como neopentecostais (1970-1980).

Mariano (1996), se refere ao neopentecostalismo como uma terceira onda do final dos anos 70 que cresce nas décadas de 1980/90. Comportamentos neopentecostais apontados pelo autor indicam tendência de acomodação ao mundo, participação na política partidária e utilização da mídia eletrônica. Acrescenta-se guerra espiritual contra o Diabo, difusão da teologia da prosperidade, uso desvirtuado do adágio franciscano “é dando que se recebe” por acreditar que o cristão está destinado a ser próspero materialmente, saudável, feliz e vitorioso. Em outro estudo ao tratar do neopentecostalismo e suas perspectivas financeiras quando as mesmas se colocam como detentoras dos meios legítimos de resolução das aflições encontramos a premissa de que “[...] o fiel que se aproxima dessas igrejas sabe que precisa pagar pela satisfação dos desejos, e cada um destes últimos tem o seu preço.” (ORO, 2001, p. 78). Um dos traços que marcam o neopentecostalismo é a teologia da prosperidade:

A teologia da prosperidade é um movimento carismático interconfessional que enfatiza a saúde física e a prosperidade financeira como evidências básicas das bênçãos divinas na vida cristã. Também conhecido como “Movimento da Fé”, Movimento Palavra da Fé”, “Evangelho da Prosperidade” e Teologia da Confissão Positiva” [...] (FILHO, 2008, p. 966).

⁵ Tomamos como base, o texto do evangelho de Marcos 8:34 da Bíblia Sagrada, tradução de João Ferreira de Almeida, 1990.

“De forma geral, a teologia da prosperidade ensina que os cristãos têm direito a bem-estar, saúde e boa situação financeira para que desfrutem na terra os privilégios de serem ‘filhos do Rei.’” (DIP, 2018, p. 81). A autora acrescenta que tal teologia é mais conhecida pelos não crentes e que é alvo de piadas de toda espécie pelo apelo financeiro como forma de “garantir um espaço no céu”. Assevera que é alvo de críticas entre os próprios evangélicos, que acreditam que ela distorce os valores bíblicos. As ideias de eternidade que forjam os fundamentos do cristianismo tradicional são completamente antagônicas ao proselitismo da prosperidade, que preza por proventos e evidências de um cristianismo de benesses tangíveis e imediatas.

Marcelo Silveira (2007), em sua tese de doutorado “O Discurso da Teologia da Prosperidade em Igrejas Evangélicas Pentecostais: Estudo da retórica e da argumentação no culto religioso”, trata a teologia da prosperidade como uma questão antiga com trajetória nos EUA, Europa e Oriente Médio. Classifica em confissões positiva e negativa – basta o indivíduo ter fé e obterá o que pedir. Para que a negativa tome forma, basta negar a existência do que não se quer. Saúde – doenças não são vontade de Deus para o seu povo. Prosperidade financeira – o cristão não deve ser pobre. Profetas hodiernos – Deus tem dado autoridade aos profetas atuais. Bênção e maldição da lei – o povo foi liberto da pobreza, doença e morte espiritual que são maldições da lei. Autoridade nas revelações – visões, profecias, entrevistas com Jesus, curas, palavras de conhecimento. O homem como encarnação de Deus – resumo de todas as outras.

Fechando o trinômio que compõe esse tópico, chegamos a um rápido fragmento caracterizado pela história política. Com abordagens possíveis em várias temporalidades, remetemos ao século XX. Para Falcon (2011), a partir de 1929/30 começou de fato o declínio da história política, cada vez mais conhecida como tradicional. Vainfas (2011) diz que Febvre e Bloch combatiam uma história somente preocupada com os fatos singulares, sobretudo, com os de natureza política, diplomática e militar. Essas afirmações possuem forte relação com o posicionamento da Escola dos *Annales*, pois as críticas foram incisivas e condenatórias, por conta da forte influência positivista e pela postura adotada pela Escola de privilegiar as estruturas econômicas e sociais. “Grosso modo, poder-se-ia localizar no período de 1945 a 1968/70 a crise final da “história política tradicional” e, no período seguinte, a progressiva constituição da “nova

história política”” (FALCON, 2011, p. 63).

A retomada dos estudos políticos encontra-se inspirada em René Rémond que afirma que “[...] o ensino após ter obedecido à convicção de que se devia descartar a política em benefício da economia e das relações sociais, tende hoje a reintroduzir a dimensão política dos fatos coletivos.” (RÉMOND, 2003, p. 21). Em 1996, discutindo aspectos históricos, científicos e culturais da política, Ângela de Castro Gomes⁶ faz um balanço dos estudos políticos no Brasil. Ela afirma que a partir dos anos 60, com a disseminação dos cursos de ciências sociais nas universidades, passa a ocorrer um aumento editorial de textos políticos, motivado pelo contato entre historiadores e cientistas sociopolíticos, sinalizando novos tempos interdisciplinares e para o pensamento político. Dito de outra forma, a década de 60 constitui um ponto de inflexão, cujos desdobramentos frutificaram dos anos 70 em diante.

Se no campo da história, há uma retomada dos estudos sobre a política nas últimas décadas do século passado, a última Constituição representou um marco para a redemocratização do país, período em que também ocorre elevada fragmentação e expansão do protestantismo no Brasil. Tal fragmentação, permitiu também uma mudança de postura onde antes se pensava que política era “coisa do Diabo”, agora passa a ser defendida com algumas correntes elegendo seus representantes que dantes ocupavam os púlpitos para “proclamação do evangelho”, agora estes são transformados em palanques para promoção do poder político. Em um claro retrato dessas mudanças, recorreremos à informação de que:

Para a legislatura de 2015-2019 foram eleitos 75 deputados federais e três senadores publicamente identificados como evangélicos. Reunidos na bancada evangélica, costumam votar coesos quando se trata de certas questões morais lastreadas por interesse religioso comum. À bancada evangélica pode se juntar a escassa parcela de congressistas católicos interessados também em defender pontos de vista de sua religião, formando a chamada bancada da Bíblia, esse estranho conjunto composto por grupos historicamente em pé de guerra entre si. (PRANDI; SANTOS, 2017, p. 188)

⁶Texto publicado em Estudos Históricos: Historiografia. Rio de Janeiro, v. 9 n. 17, p. 59-84, 1996 com o tema “Política: história, ciência, cultura e etc”. Parte das informações desse parágrafo estão baseadas nos estudos dessa autora.

Dado interessante nessa citação e não menos importante para futuras reflexões, a participação de parlamentares católicos na composição da bancada da Bíblia.⁷ Em seu livro “Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder”, Andrea Dip questiona sobre o que querem os políticos evangélicos. Afirma que não há uma resposta única para essa pergunta, verdade absoluta ou objetivo que seja comum a todos os políticos evangélicos, mas, traça hipóteses que vão desde o controle dos corpos até a busca por privilégios e poder (DIP, 2018, p. 133-140).

Enquanto isso, seja nas últimas décadas do século passado ou no limiar do século XXI, assistimos os avanços de um protestantismo que sob a égide de uma certa moral guardiã da nação e de prosperidade física e material, postula ocupar postos políticos estabelecendo relações de poder no mínimo duvidosas e suspeitas por “espiritualizar” situações que demandam um ordenamento social, jurídico, econômico, e, sobretudo político por assim dizer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentar as ponderações anteriores, é possível acrescentar que, dadas as devidas proporções, a ciência política também enfrenta situação parecida no que diz respeito à sua singularidade ou pluralidade. Paulo Bonavides por exemplo, um renomado jurista e cientista político, trata o termo de forma singular. Por outro lado, existem teóricos que abordam a perspectiva das ciências políticas por compreenderem a importância do caráter multidisciplinar e a busca nas ciências humanas e sociais os alicerces para compreensão do fenômeno político. A boa coincidência é que no caso das ciências das religiões, boa parte dessas mesmas ciências se encontram, ou seja, a História, a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia, apenas para citar algumas.

Semelhantemente, muito por conta da necessidade de compreensão das bases epistemológicas da religião, consideramos pertinente na atualidade ampliar os horizontes da Teologia para teologias e do Cristianismo para cristianismos. Embora os referidos termos, mesmo que timi-

⁷ Dado curioso para futuros estudos sobre a composição do Congresso na atualidade é a chamada bancada BBB – Bíblia, Bala e Boi. São as novas relações de forças que compõe o Congresso eleito no pleito de 2018.

damente, já estejam sendo utilizados, as confissões judaico-cristãs já não mais detêm a quase exclusividade de estudos sobre Deus. Desde os cismas que marcaram a história da igreja cristã, passando do medievo ao início da época moderna com suas tentativas ou respectivas reformas até as variações existentes no tempo presente, tornou-se um desafio até mesmo para a Teologia a classificação desses cristianismos, cabendo ao cientista da religião, certo mérito talvez, em ter que se debruçar diante de tais questões.

Quando igrejas de ramificação cristã, trazem o discurso “venha como você está”, estabelecem possibilidades para que pessoas possam recorrer ao conforto espiritual. Ao ser recebido como “irmão”, acolhido pelo abraço, por compartilhar dificuldades comuns, pela expectativa de mudança de vida, o ambiente da igreja termina por influenciar socialmente os seus membros, adeptos e fiéis. Há que se reconhecer o discurso que preza pela mudança de vida, incentivo à prática do bem, do amor, da disposição em servir. E não apenas isso, no caso de algumas igrejas, existe uma política de projetos sociais que acolhem, que trabalham a perspectiva do amparo e apoio aos necessitados, que tentam responder em certa medida as negligências do estado ou da família.

Portanto, o estudo científico das religiões, encontrará tanto na história como em outras áreas do conhecimento, subsídios para compreender as relações de poder que engendram as configurações políticas e religiosas. Seja pela compreensão das instituições religiosas, seja pela religiosidade ou pela espiritualidade, o aspecto positivo dessa relação é que os estudos religiosos na atualidade não se restringem apenas à tutela da confissão religiosa clerical, mas, se respalda também nos pressupostos que à ciência convém.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. F. de. **BÍBLIA SAGRADA**. EUA: Editora Vida, 1990.
- CALVANI, C. E. B. Espiritualidades não-religiosas: desafios conceituais. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 12, n. 35, p. 658-687, jul./set. 2014.
- CAMURÇA, M. **Ciências Sociais e Ciência das Religiões**: polêmicas e interlocuções. Coleção Repensando a Religião. São Paulo: Paulinas, 2008.

CARVALHO, J. J. O encontro de novas e velhas religiões: esboço de uma teoria dos Estilos de Espiritualidade. *In*: MOREIRA, A.; ZICMAN, R. (orgs). **Misticismo e novas religiões**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Instituto Franciscano de Antropologia da Universidade de São Paulo, 1994, p. 67-98.

COUTINHO, J. P. Religião e outros Conceitos. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. XXIV, p. 171-193, 2012. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10763.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020.,

CRAWFORD, R. **O que é religião?** Petrópolis: Vozes, 2005.

DANTAS, B. S. do A. **Religião e Política: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal**. 2011. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontífice Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

DIP, A. **Em nome de quem?** A bancada evangélica e seu projeto de poder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FALCON, F. História e poder. *In*: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 55-82.

FILHO, F. B. (org.). **Dicionário Brasileiro de Teologia**. São Paulo: ASTE, 2008.

FILORAMO, G.; PRANDI, C. **As Ciências das Religiões**. São Paulo: Paulus, 1999.

GOMES, Â. de C. Política: história, ciência, cultura e etc. **Estudos Históricos: Historiografia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 59-84, 1996.

GRESCHAT, H.-J. **O que é Ciência da Religião?** Coleção Repensando a Religião. São Paulo: Paulinas, 2005.

MARIANO, R. Os neopentecostais e a teologia da prosperidade. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, v. 1, n. 44, p. 24-44, mar. 1996.

MARIANO, R. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

ORO, A. P. Neopentecostalismo: dinheiro e magia. **ILHA**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 71-85, nov. 2001.

PRANDI, R.; SANTOS, R. W. dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. **Tempo Social**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 187-214, ago. 2017.

RÉMOND, R. (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SANTOS, L. de A. **Os mascates da fé: história dos evangélicos no Brasil (1855 a 1900)**. Curitiba: CRV, 2017.

SIEPIERSKI, P. D. A emergência da pluralidade religiosa. **Revista Reflexão e Fé**, Recife, ano II, n. 2, p. 15-27, ago. 2000.

SILVA, E. **Cidadãos de outra pátria: anglicanos e batistas na Bahia**. Salvador: Sagga, 2017.

SILVEIRA, E. S. da; MORAES JUNIOR, M. R. **A dimensão teórica dos Estudos da Religião: Horizontes Histórico, Epistemológico e Metodológico nas Ciências da Religião**. São Paulo: Fonte Editorial, 2017.

SILVEIRA, M. **O Discurso da Teologia da Prosperidade em Igrejas Evangélicas Pentecostais**. Estudo da retórica e da argumentação no culto religioso. 2007. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Programa de Filologia e Língua Portuguesa, São Paulo, 2007.

SOUZA, S. R. M. Reflexões sobre protestantismo e pentecostalismo no Brasil contemporâneo. *In*: MARTINS, P. C. B.; OLIVEIRA, S. C. C. G. S. S. (orgs.) **Diversidade Religiosa no Brasil Contemporâneo**. Goiânia: Kelps, 2013, p. 123-134.

TRABUCO, Z. **A seara e os ceifeiros: educação teológica, narrativas de conversão e identidade batista (1960-1990)**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014.

USARSKI, F. **Constituintes da Ciência da Religião: cinco ensaios em prol de uma disciplina autônoma**. Coleção Repensando a Religião. São Paulo: Paulinas, 2006.

USARSKI, F. História da Ciência da Religião. *In*: PASSOS, J. D.; USARSKI, F. (orgs.) **Compêndio de Ciência da Religião**. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2013. p. 51-61.

VAINFAS, R. História das Mentalidades e História Cultural. *In*: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 117-151.